

# 018

## DEMOCRACIA E DIREITOS: DESAFIOS DA E PARA A AÇÃO PÚBLICA

SESSÕES TEMÁTICAS



## LUTA E EMANCIPAÇÃO INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA: O CASO DA BOLÍVIA

Elon Mafra de Carvalho Almeida (UFRN)

Lara Agra Nunes (UFRN)

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel dos movimentos sociais indígenas na Bolívia, compreendendo sua influência nas eleições de Evo Morales (2005, 2009 e 2014), bem como na aprovação da Constituição (2009). A refundação do Estado estabeleceu seu caráter plurinacional e comunitário, a autonomia indígena e o controle estatal sobre os recursos naturais.

Os dados sobre a evolução do desempenho eleitoral do MAS – IPSP apontam uma aceitação da “Revolução Democrática e Cultural”, que ofereceu respostas a uma série de demandas históricas dos movimentos sociais bolivianos, a começar pelo estabelecimento de um arranjo institucional que busca garantir os direitos políticos dos povos originários. O *Movimiento Al Socialismo – Instrumento Político para la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP)* é o principal vetor dessas mudanças no plano político institucional, formando a base do Governo Morales, líder cocaleiro e primeiro presidente indígena da história boliviana.

Nossa hipótese é que o caráter identitário dos movimentos sociais é determinante enquanto força motriz dos processos políticos na Bolívia do Século XXI, determinando também as contradições e limitações do projeto político, econômico e social do MAS – IPSP.

A pesquisa ganha relevância pela contemporaneidade do objeto, por se tratar de um governo reeleito por duas vezes, se tornando Morales um recordista pelo tempo a frente do executivo nacional, e concorrendo a recondução ao cargo em eleições marcadas para outubro de 2019.

A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia completou 10 anos em 2019, além da estabilidade institucional e política, indicadores econômicos e sociais apontam que a Bolívia caminha no sentido contrário ao de seus vizinhos que outrora tiveram governos “progressistas”. A constatação do fim de ciclo dos governos progressistas na América Latina confere mais importância ao nosso objeto, estando a Bolívia, aparentemente, na contramão desse processo mais amplo que ocorre no continente.

Quanto aos governos progressistas, nos referimos a Lula e Dilma no Brasil, Nestor e Cristina Kirchner na Argentina, Rafael Correa no Equador, Michelle Bachelet no Chile, Tabaré Vázquez e Pepe Mujica no Uruguai. Todos chegaram ao poder durante a primeira década do século XXI, com exceção de Hugo Chávez na Venezuela, iniciado ainda no século passado, e posteriormente sucedido por Nicolás Maduro.

O artigo se ampara em pesquisa bibliográfica sobre a política boliviana, tomando como principais referências para discussão as produções de Álvaro García Linera. Sua constante produção intelectual e atuação como vice-presidente da Bolívia por três mandatos consecutivos o credenciam como um dos principais intérpretes da política boliviana. O sociólogo marxista, e ex dirigente do Exército Guerrilheiro Tupaki Katari, é um dos principais representantes da esquerda boliviana, tendo sido preso político durante a década de 1990.

A primeira seção fará breve cronologia da chegada do MAS ao poder, partindo do surgimento do movimento cocalero e percorrendo as quatro primeiras “fases do processo de transformação” descritas por García Linera (2019). Sobrepostas de alguma maneira, as fases tem marcadores temporais específicos que devem nos permitir uma leitura crítica da história recente boliviana, assim como um entendimento das pautas que levaram o MAS – IPSP ao governo. A segunda seção apresenta o que García Linera (2019) chama de “quinta fase do processo de transformação”, discutindo também a aceitação popular e consolidação do projeto do MAS, apresentando alguns dados que demonstrem sua força política, algumas críticas e limitações do projeto.

A terceira seção apresenta algumas propostas teóricas de Álvaro García Linera acerca do processo em desenvolvimento na Bolívia, ao discutir os horizontes incorporando o pensamento de clássicos como Gramsci, Lenin e Nicos Poulantzas. Por último, discutiremos a hipótese e concluiremos com alguns apontamentos sobre o projeto.

## UMA CRONOLOGIA DAS MOBILIZAÇÕES POPULARES

O movimento cocalero surge na década de 1980, na região do Chapare, em reação a guerra contra as drogas promovida principalmente pelos Estados Unidos da América, em especial na “zona roja”, ou “zona vermelha”, região do Chapare onde se produzia coca. A resistência dos cocaleros colocou a questão em pauta na política nacional, o que levou a discussão sobre a folha da coca a figurar em fóruns internacionais.

O cultivo da folha da coca é uma prática milenar na Bolívia, sendo a produção concentrada principalmente em duas grandes áreas: Yungas, no departamento de La Paz e Chapare, ao norte do departamento de Cochabamba. A planta era utilizada em rituais indígenas, tratamentos medicinais, como energético e substituto nutricional. Camponeses e mineiros submetidos à exploração acreditavam que ao mascar a folha rendiam o dobro ao trabalho, passando mais tempo sem a necessidade de se alimentar.

A prática que era considerada vital para cultura de camponeses indígenas é questionada pelos EUA e passa a ser combatida pelo Estado boliviano, criminalizando o cultivo da folha na tentativa de erradicar a plantação sob a justificativa do combate ao narcotráfico. No governo de Paz Estensoro (1985-1989), em julho de 1988, é criada a Lei 1008 – Lei do Regime da Coca e Substâncias Controladas, restringindo a plantação a regiões tradicionais de plantio e limitando sua produção a uma quantidade considerada necessária para sobrevivência da cultura indígena. Além dessas medidas preventivas ao narcotráfico, em 1991, a Convenção de Viena decidiu pela erradicação da coca na Bolívia.

A profunda insatisfação com a intromissão do Estado e da comunidade internacional em sua prática produtiva organizou o movimento cocalero, que ao final dos anos 1980 se tornava um importante instrumento de luta social, revitalizando e fortalecendo o movimento sindical camponês como um todo. O movimento no Chapare é liderado por Evo Morales e nos Yungas forma-se um conselho de camponeses.

Promovendo fechamento de estradas, greves de fome, manifestações e grandes caminhadas, os cocaleros buscavam visibilidade nacional e internacional para sua causa. O processo de negociação com o governo esbarrava na desconfiança pelo não cumprimento de acordos por parte do Estado, como resposta bloqueavam estradas e realizavam caminhadas com milhares de pessoas para a sede do governo, em La Paz. O grande poder de mobilização dos cocaleros ganhou notoriedade e obteve apoio de diversos outros grupos sociais marginalizados.

Em 29 de agosto de 1994, em resposta à repressão dos governantes, os cocaleros empreenderam uma grande marcha, que contou com o apoio de representantes de organizações de direitos humanos, da Central Obrera Boliviana (COB), da Confederação Sindical Única dos Trabalhadores Campesinos da Bolívia (CSUTCB), da Confederação dos Povos Indígenas do Oriente Boliviano (CIDOB) e da Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia – Bartolina Sisa (FNMCB-BS); seguindo para sede do governo de Gonzalo Sánchez de Lozada, se manifestavam contra a erradicação da produção de coca e pela soltura do líder Evo Morales, preso poucos dias antes do protesto.

Em 1997, o ex-ditador Hugo Banzer retorna à presidência pelas urnas e lança o Plano Dignidade, operação militar financiada pelos EUA com o objetivo de extirpar pela violência a coca plantada no país. O conflito tem um saldo de cerca de 200 camponeses mortos na luta pela subsistência, contra três vítimas fatais entre as forças de segurança.

A aceitação social obtida pelo movimento cocalero contribuiu para que o discurso político do movimento abrangesse outros setores e atores sociais, enfatizando a defesa da soberania estatal frente ao imperialismo norte-americano e a ressignificação da folha da coca como herança cultural sagrada, colocaram a defesa da coca no centro das lutas sociais e políticas da Bolívia. Diante desses conflitos, a insatisfação com o modo de governar dos partidos políticos tradicionais e a crescente popularidade dos líderes sociais ligados à manifestação cocalera, surge o MAS-IPSP.

O apelo para a “folha sagrada” enquanto impulsionador de Morales e seu partido também é motivo de críticas. Se por um lado a coca havia se tornado um elemento simbólico que aglutinava os povos originários em questionamento ao imperialismo americano, por outro, havia um custo político devido a sua associação com a cocaína. Camargo (2006) coloca em termos objetivos algumas questões em relação a essa vinculação da imagem de Evo com a droga, um primeiro ponto é a associação do país ao narcotráfico, diante da possibilidade de seu dirigente máximo vinculado ao cultivo de matéria-prima.

Se os cocaleros financiam em alguma medida o MAS – IPSP, logo, indiretamente seria financiamento do narcotráfico, o responsável por consumir parcela considerável daquele cultivo. O diplomata questiona a capacidade de reprodução dos cocaleros enquanto classe, tendo em vista a limitação da capacidade de absorção do produto pelo mercado legal, reduzindo assim a possibilidade de subsistência de parcela da categoria (CAMARGO, 2006).

A forte exploração da questão pela mídia e pelas elites não impede Evo de ser eleito o deputado mais votado do país em 1997 e candidato a presidência em 2002, diante de grave crise política ocasionada entre outras coisas pela privatização e consequente aumento do custo da água em Cochabamba. A “Guerra da Água”, como ficou conhecido o episódio, estourou em janeiro de 2000 e se prolongou por meses recebendo adesão de diversos movimentos sociais.

Cabendo aqui um destaque para a atuação da CSUTCB, que tinha como secretário geral Felipe Quispe. Seu papel fundamental durante a mobilização caracteriza bastante o caráter identitário do movimento. Evocando em sua retórica dois episódios. Um ocorrido no final do século XVIII, quando líder indígena Tupac Katari cercou por meses a cidade de La Paz. Outro no século XIX em que Zárate Willka liderou um exército indígena.

A Guerra da Água seria, segundo García Linera (2019), o marco inicial da *primeira fase* do processo revolucionário, reconhecida uma “ruptura com todo o consenso passivo que o neoliberalismo construiu por 15 anos”, seria aquele evento responsável pelo desmoronamento irreversível dos “pilares da dominação estatal”. As forças acumuladas pelos movimentos sociais durante mais de uma década questionariam a institucionalidade, as ideias-força de legitimação, alterando assim a correlação de forças entre governantes e governados. Nas palavras do próprio García Linera (2019):

É o momento do desvendamento das contradições *de longa duração* acumuladas durante séculos (Estado monocultural *versus* sociedade plurinacional e Estado centralista enfrentando o desejo descentralizador da sociedade) e das contradições *de curta duração* (nacionalização das riquezas naturais *versus* privatização, e monopolização da política *versus* democratização social). (GARCÍA LINERA, 2019, p. 22)

Evo superou as expectativas na corrida presidencial de 2002, ficando em segundo lugar quando figurava em sétimo nas pesquisas. Não representando o pleito uma derrota total para o movimento indígena, tendo eleito o MAS 27 dos 130 deputados e 8 dos 27 senadores. Polarizando a disputa pelos movimentos sociais com Morales, Felipe Quispe foi eleito deputado pelo Movimento Indígena Pachakuti (MIP), além de obter 6% dos votos nas eleições presidenciais.

O discurso em defesa das maiorias indígenas, da coca, contra o neoliberalismo e o imperialismo americano se fortaleceu com mais dois eventos que culminaram na queda do presidente. Desgastado e sob forte pressão do FMI, em fevereiro de 2003 Gonzalo Sánchez de Lozada anuncia 12,5% de imposto adicional aos salários superiores a US\$ 110. Conhecida como Impuestazo, a medida foi repudiada por populares, apesar de 90% dos bolivianos estarem abaixo daquela faixa salarial (FUSER, 2016).

A medida governamental que buscava combater o déficit público penalizando os assalariados foi adotada como alternativa a exigência dos EUA de erradicação da coca no país, que seria a condição para o recebimento de ajuda internacional para solução do orçamento público a longo prazo. Figura pública de relevo nacional, “Evo Morales rejeitou o imposto e convocou a população à desobediência civil. O apelo encontrou eco entre os policiais de La Paz, que estavam em greve contra o atraso no pagamento e exigiam um reajuste salarial de 40%” (FUSER, 2016).

O motim dos policiais contra o governo resultou em confronto que deixou 14 mortos em troca de tiros com militares no centro de La Paz. Manifestantes incendiaram sedes dos principais partidos que adotavam a agenda neoliberal (MNR, MIR e ADN), além de ministérios e do escritório do Vice-presidente da República. Em seguida, o questionando a um projeto de exportação do gás boliviano para os EUA levou uma série de manifestações. A violenta repressão causou a morte de civis, que pautavam sobre os hidrocarbonetos, a “Agenda de Outubro”:

a) o controle da indústria dos hidrocarbonetos pelo governo; b) a adoção de um programa de industrialização do gás; c) a revisão das leis sobre hidrocarbonetos emitidas por Goni em seu mandato presidencial anterior; d) a realização de um referendo sobre a exportação do gás (FUSER, 2016, p. 49).

Isolado politicamente, Goni foi obrigado a renunciar depois de reprimir violentamente um bloqueio entre El Alto a La Paz. No dia 12 de outubro as tropas abriram fogo contra manifestantes que bloqueavam a passagem de combustível, 26 pessoas morreram. Sob relativa trégua e seguindo a constituição, assumiu a presidência o historiador e comunicador Carlos Mesa, até então vice-presidente. O episódio ficou conhecido como “Guerra do Gás”.

De acordo com García Linera (2019) a Guerra do Gás seria o marco inicial da *segunda fase* da revolução, conhecida como “o empate catastrófico”, ficando a partir daí o país dividido entre dois projetos de poder irreconciliáveis. Seriam “dois blocos de poder com dois projetos de poder, com duas capacidades de presença territorial e com lideranças antagônicas que disputavam a ordem estatal, paralisando, até certo ponto, a reprodução da dominação”.

Carlos Mesa era responsável por convocar o debate sobre a nacionalização dos hidrocarbonetos, sob forte crise política e social e apoio crescente do parlamento aos movimentos sociais, que se posicionava diante da nova política prestes a se estabelecer no país. Somados MAS – IPSP e MIP, a bancada indígena chegou a 52 parlamentares nas eleições de 2002. A identidade indígena se sobrepõe aos demais recortes de classe, fazendo o debate político e econômico torna-se também étnico, passando o índio a configurar-se e reconhecer-se como sujeito político. Sobre esse contexto de “guerras” cabe fazer referência a Luis Fernando Ayerbe:

Em todo esse processo, revelam-se duas grandes tendências: 1) a falência das políticas econômicas aplicadas partir de 1985; 2) a mudança no perfil dos movimentos sociais, em que a lógica classista que predominou até os anos 1980, com a liderança da COB e de forte presença no setor mineiro-exportador centrado no estanho, cede espaço para organizações camponesas que assumem uma identidade indígena. (AYERBE, 2011, p. 198)

Uma segunda “Guerra do Gás” seria o episódio responsável pela renúncia do Presidente Carlos Mesa, que apesar de sinalizar um diálogo, não atendeu as reivindicações dos movimentos sociais ao propor uma interpretação diferente para a Lei 3.058 – Lei Geral de Hidrocarbonetos, aprovada pelo Congresso Nacional em 2005 (FUSER, 2016). Os movimentos sociais passam a manifestar-se ativamente, levando a renúncia de Mesa e de sua linha sucessória constitucional: Hormando Vaca Díez (MNR) e Mario Cossío (MIR), ambos da coligação que elegeu Goni. Presidentes do Senado e da Câmara, respectivamente. Seguindo o rito, assume Eduardo Rodríguez Veltzé, presidente da Corte Suprema de Justiça e responsável pela antecipação das eleições ocorridas em 18 de dezembro de 2005.

A eleição de Evo inauguraria no país a hegemonia de um novo partido, obtendo assim legitimidade eleitoral e credibilidade para implantar suas propostas. A expressiva votação do MAS representa uma verdadeira ruptura diante do quadro de fragilidade daquele arranjo institucional, obtendo 53,74% dos votos válidos e participação recorde de 84% dos eleitores no pleito. Além de

primeiro presidente indígena, foi também o primeiro a conseguir maioria absoluta dos votos, fato nunca ocorrido após a redemocratização, como podemos verificar na tabela abaixo:

Percentual de votos válidos obtidos pelos eleitos no período da Democracia Pactuada.

	1980	1985	1989	1993	1997	2002	2005
<b>Candidato</b>	Hermán Siles	Victor Paz	Jaime Paz	Sánchez de	Hugo Bánzer	Sánchez de	Evo Morales
<b>Eleito</b>	Zuazo	Estenssoro	Zamora	Lozada		Lozada	
<b>(partido)</b>	UDP	MNR	MIR	MNR	ADN	MNR	MAS
<b>Votação Nominal</b>	38,74%	30,36%	21,82%	35,55%	22,26%	22,46%	53,74%

Fonte: Reproduzido de Cunha Filho; Viana (2011, p. 227).

É válido ressaltar que as eleições que antecedem à vitória de Morales são baseadas no modelo de “democracia pactuada”. Para explicar a expressão “pactuada” são necessários esclarecimentos sobre o sistema eleitoral boliviano, onde o congresso era responsável por ratificar os escolhidos, quando não obtida a maioria absoluta pelo voto popular, modelo que justifica os baixos percentuais obtidos pelos eleitos. Segundo Rafaela Pannain,

Acordos entre lideranças de grandes partidos políticos e de partidos menores foram característicos da política institucional boliviana entre 1985-2003, período conhecido como “democracia pactuada”. Por duas décadas, esse sistema garantiu a alternância dos principais partidos no comando dos poderes Executivo e Legislativo. Durante esse período, alcançou-se uma estabilidade institucional cujo alicerce foram a ausência de disputa entre projetos políticos significativamente distintos e a impossibilidade de influência de representantes da maioria indígena na política institucional em nível nacional (PANNAIN, 2018 p. 291).

Após a redemocratização foi eleito Siles Zuazo (1980), tendo sua posse adiada por um novo golpe e só assumindo a presidência em 1982. Em meio a inflação alta e crise econômica são antecipadas eleições que levam a presidência Paz Estenssoro (1985), inaugurando o período conhecido como *Democracia Pactuada*. Diante da não obtenção de maioria absoluta, as articulações permitiam que chegasse a presidência candidatos que obtiveram menos de ¼ dos votos quando submetidos ao sufrágio popular.

A respeito das distorções desse modelo, podemos exemplificar com a escolha de Paz Zamora, eleito por uma coalização no congresso entre MIR e ADN, sendo o terceiro lugar na escolha popular, com apenas 21,82% dos votos. Enquanto formula, o modelo era um misto entre parlamentarismo e presidencialismo, que não garantia necessariamente o respeito a vontade popular, ficando assim caracterizado pela crise dos partidos tradicionais (MNR, MIR e ADN).

Evo Morales assume a presidência em 22 de Janeiro de 2006, abrindo assim a terceira fase do processo revolucionário, nas palavras de García Linera (2019) “a capacidade de mobilização transformada em presença estatal governamental”. O autor faz importante diferenciação entre a conquista do Estado e a conquista do poder, apontando para uma sobreposição da terceira fase em relação a segunda. O “empate catastrófico” só se encerraria diante do confronto, o que García Linera (2019) chama de “ponto de bifurcação” ou “momento jacobino da revolução”,

Trata-se do momento em que os blocos antagônicos, os projetos e irreconciliáveis da sociedade que abarcam territorialmente a sociedade e o Estado, devem dirimir sua existência de maneira aberta, transparente, por meio da medição de forças, do confronto o último recurso que resolve as lutas, quando já não existe outra saída (GARCÍA LINERA, 2019, p. 25).

Um referendo revogatório foi realizado em 10 de agosto de 2008, ratificando o mandato do presidente Evo Morales e seu vice Álvaro García Linera com 67% dos votos. Inconformada, a oposição promoveu uma tentativa de golpe de Estado. Os representantes do projeto neoliberal, organizados principalmente na região de meia-lua, promoveram um levante armado que tomou, sabotou e queimou instalações do Estado. Em El Porvenir, departamento de Pando, camponeses foram assassinados como exemplo a qualquer reação popular.

Durante algumas semanas, a Bolívia esteve à beira de uma guerra civil. Diante da ofensiva direitista, milhares de manifestantes saíram às ruas em cidades importantes, como La Paz, Cochabamba e Oruro, em solidariedade a Morales. Camponeses bloquearam estradas na região da Meia-Lua e, até mesmo em Santa Cruz, moradores de bairros populares periféricos se mobilizaram e conseguiram repelir, com o uso da força, o ataque dos grupos de choque da extrema-direita que, armados com revólveres e bastões de beisebol, tentaram ocupar aquelas localidades (FUSER, 2016, p. 85).

A resposta militar do governo foi acompanhada de mobilizações populares nas principais cidades de país, derrotando o movimento separatista. O “ponto de bifurcação” representou a impossibilidade da manutenção de dois diferentes projetos de poder, a partir daquele momento as narrativas ficaram em segundo plano e o poder foi consolidado pela força, encerrando a quarta fase do processo revolucionário (GARCÍA LINERA, 2019).

## TENSÕES CRIATIVAS, CONSOLIDAÇÃO E DESGASTE DO PROJETO

A quinta fase do processo revolucionário seria marcada pela “emergência das contradições criativas”. O “ponto de bifurcação” representaria o ápice da “fase heroica do processo revolucionário”, seguido pelo “momento de institucionalização das conquistas revolucionárias” (GARCÍA LINERA, 2019), a partir daí,

se caracterizará não pela presença das contradições entre blocos de poder antagônicos ou entre projetos sociais e irreconciliáveis, como acontecia até então, mas será marcada pela presença de contradições dentro do bloco nacional-popular, ou seja, pelas tensões entre os próprios setores que protagonizaram o Processo de Transformação sobre como levá-lo adiante. Trata-se, portanto, de contradições não apenas secundárias, mas criativas, pois tem a potencialidade de ajudar a motorizar o curso da própria revolução. Quando isso se dá, essas tensões se tornam as forças produtivas objetivas e subjetivas da revolução (GARCÍA LINERA, 2019, p.47).

Os conflitos no interior do bloco nacional popular são vistos como positivos pro processo de transformação, García Linera (2019) lista uma série de “tensões criativas” passíveis de resolução por métodos “democráticos” ou “revolucionários”. Estariam entre essas tensões conflitos entre o interesse público e privado, corporativismo de diversos setores, questões étnicas, protagonismo político e disputas de poder.

Nas contradições e nas tensões se revelam os problemas que afligem uma coletividade, e também é nelas que se tornam visíveis as diferentes propostas e soluções para os problemas; e nos próprios conflitos, manifestados por essas contradições, a sociedade articula projetos, alianças e meios para solucioná-los de maneira parcial ou total. Tensões e contradições são, portanto, os mecanismos por meio dos quais conquistam-se as transformações, e se impulsiona o avanço de uma sociedade, como parte indissolúvel do curso democrático e revolucionário dos povos (GARCÍA LINERA, 2019, p.29).

O resgate histórico das mobilizações nos permite entender que pautas levaram Evo Morales ao governo, e também orientam em alguma medida as mudanças institucionais promovidas no processo de refundação do Estado. A aprovação popular por meio de referendo da Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia é provavelmente a maior vitória política do MAS – IPSP, representando também a consolidação de um projeto que abarca um grande número de tensões.

O preâmbulo do texto constitucional reconhece a pluralidade étnica e cultural naquele território e faz um resgate histórico das violências sofridas pelos povos originários, do Estado colonial ao Estado neoliberal. Inspirando-se na “sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio”<sup>1</sup>. Segundo seu primeiro artigo:

**Artículo 1.** Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país.<sup>2</sup> (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO/ 2009)

<sup>1</sup> Tradução: “insurreição indígena anticolonial, na independência e nas lutas populares de libertação, nas marchas indígenas, sociais e sindicais, nas guerras da água e de outubro, nas lutas pela terra e território.”

<sup>2</sup> Tradução: Artigo 1. Bolívia se constitui em um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado e com autonomias. Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país”

A eleição em 2005, ratificação do mandato em 2008 e aprovação da nova constituição em 2009 sinalizam a aceitação do projeto do MAS, que sairia vitorioso de novamente em 2014 com a reeleição da chapa Morales e Linera. Em tese, a Carta Magna representou naquele momento a inclusão, participação e representação da maioria historicamente excluída. Bem como o fortalecimento do controle nacional sobre os recursos naturais, cuja renda era uma das principais questões em disputa no debate sobre as autonomias departamentais.

A aceitação do projeto pode ser constatada a partir de uma análise da evolução das votações do MAS nos diferentes departamentos. Sendo aceito em todo território nacional, inclusive conquistando regiões onde historicamente sofre oposição, como a região da meia lua. Composta pelos departamentos de Beni, Pando, Tarija e Santa Cruz, essa região cobrava mais autonomia do governo central e após essa reivindicação ser incluída na Constituição de 2009, a meia lua acaba perdendo sua principal bandeira política. Pode-se observar na tabela abaixo o crescimento expressivo da votação do MAS nos departamentos de oposição.

Evolução percentual da votação do MAS por departamento – Eleições Gerais

Departamento/Ano	2002	2005	2009	2014
Chuquisaca	17,10	54,17	56,05	63,38
La Paz	22,49	66,63	80,28	68,92
Cochabamba	37,62	64,84	68,82	66,67
Oruro	29,23	62,58	79,46	66,42
Potosí	27,02	57,80	78,32	69,49
Tarija	6,16	31,55	51,09	51,68
Santa Cruz	10,21	33,17	40,91	48,99
Beni	3,16	16,50	37,66	41,49
Pando	2,93	20,85	44,51	52,09
<b>Percentual nacional</b>	<b>20,94%</b>	<b>53,74%</b>	<b>63,91%</b>	<b>61,01%</b>
<b>Votos recebidos</b>	<b>581.884</b>	<b>1.544.374</b>	<b>2.851.997</b>	<b>3.057.618</b>

Fonte: Órgano Electoral Plurinacional, Elaboração própria.

A primeira constatação é de um aumento em maior ou menor grau dos percentuais obtidos pelo partido em todos os departamentos, fenômeno que ocorre até o pleito de 2009. Em 2014, pleito em que o MAS foi o mais votado em 8 dos 9 departamentos, registramos um movimento que tomaremos como indicador para pensar as contradições internas dentro de sua própria base.

Ainda que ofertem maiorias expressivas a Morales, os percentuais obtidos diminuíram em departamentos onde historicamente o partido foi vitorioso (La Paz, Cochabamba, Oruro e Potosí). Na contramão deste processo, os percentuais continuaram a aumentaram em departamentos onde historicamente registrou menores votações. Cabendo salientar que houve aumento percentual até em Beni, único departamento em que saiu derrotado em 2014.

A eleição que consagrou Morales como primeiro presidente eleito diretamente pelo voto popular foi a última naquele arranjo institucional. Entre outras mudanças, a nova regra eleitoral tirou do congresso o desempate entre os candidatos mais votados, submetendo-os novamente ao voto popular, caso ninguém obtenha maioria absoluta. O segundo turno aprovado na Constituinte nunca ocorreu, pois desde então Morales foi reeleito duas vezes, sempre com maioria absoluta dos votos.

A alteração na regra eleitoral é outro elemento que oferece credibilidade ao sistema e dimensiona a força do MAS, reeleito duas vezes pelo sufrágio popular e registrando um aumento considerável no número de votos recebidos entre os pleitos. Comparando a diferença na evolução entre percentuais obtidos e o total de votos válidos recebidos, constatamos também um aumento no número de votantes, outro fator que confere credibilidade aos resultados.

Diante da necessidade de consolidação do projeto, o presidente estabeleceu diálogo com setores conservadores, inclusive com a oposição do departamento de Santa Cruz, que resistia às mudanças do governo atuando de forma regionalizada. O predomínio do MAS no Congresso permitiu, entre outras coisas, cooptar parte dos empresários cruceños, atraídos pelo crescimento e estabilidade econômica em que se encontrava o país (STEFANONI, 2016).

A força política do departamento de Santa Cruz pode ser dimensionada pela sua força econômica, beneficiado pela expansão das “exportações de soja e derivados, bem como pelo crescimento da agricultura algodoeira e da pecuária” (CAMARGO, 2006, p. 218). Veja o que diz Camargo sobre sua Influência na economia boliviana,

O departamento de Santa Cruz gera aproximadamente um terço do PIB boliviano, bem como cerca de 25 por cento da arrecadação tributária nacional e, dado mais notável, quase 60 por cento das exportações. Na Bolívia de hoje, dois em cada três dólares exportados originam-se de produtos derivados de soja, algodão e madeira, provenientes da região oriental do país. (CAMARGO, 2006, p. 222)

A questão do gás também é alvo de críticas, em geral se referem a moderação das soluções apresentadas por Evo. Fato de relevância especial para o Brasil, pela resolução diplomática dos conflitos sobre os contratos da Petrobras. Cumprindo promessa de campanha, Morales não confiscou ativos de empresas estrangeiras, promovendo a “nacionalização” por meio do Decreto Supremo no 28.701, de 1o de maio de 2006. A solução teve como foco a ampliação da parcela nacional sobre a renda da exploração, sendo mais moderada que soluções implementadas no país em outras situações e permitindo a continuidade da atividade de empresas transnacionais (FUSER, 2016).

Uma das maiores dificuldades que Morales enfrentou até o momento foi o conflito envolvendo o Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré, o chamado TIPNIS. A construção de uma estrada que transpassaria o território indígena, ligando a região do Chapare ao departamento de Beni, iria de encontro à questão da preservação ambiental, à proteção da Pachamama e salvaguarda de terras e sobrevivência de tradições indígenas.

O movimento indígena, aliado determinante de Morales no início de seu governo, passava a divergir do governante. Morales insinuou que “mais cedo ou mais tarde” seria inevitável a construção da estrada. Os beneficiados pela via seriam os cocaleros da região de Cochabamba, base eleitoral do presidente, teriam facilitado o escoamento e ampliação do cultivo da coca.

Os indígenas do TIPNIS não aceitaram a construção da estrada em seu território e não conseguindo estabelecer um diálogo satisfatório com o governo empreenderam uma caminhada de quase 600km rumo à La Paz, em agosto de 2011. A intenção de chamar atenção para suas demandas e parar a construção foi barrada por bloqueios de cocaleros e apoiadores de Morales, além de violentas operações policiais para dispersar os indígenas e impedir o andamento da marcha. Diante da grande repercussão negativa, Evo Morales enfrentou uma das maiores derrotas políticas de seu governo, suspendendo a construção da rodovia e assinando uma lei de intangibilidade que proíbe qualquer estrada de atravessar o TIPNIS.

A questão retornaria em 2017, quando o presidente boliviano derrubou o caráter de intangibilidade da região, que vigorava desde 2011. Afirmando que foi a própria população indígena da área que solicitou a retomada da obra para facilitar o acesso à saúde, educação, habitação, rede elétrica e outros benefícios, propondo que a construção seria “amigável” com os recursos naturais e com a fauna da região.

É importante ressaltar que durante a suspensão da obra não houveram ações efetivas por parte do governo que diminuíssem as deficiências dos serviços públicos nas comunidades do TIPNIS. Tornando claro aos indígenas o interesse em promover a exploração predatória dos recursos naturais, visando a acumulação de riquezas por parte de empresas e do próprio governo, segundo página criada na internet para dar visibilidade a proteção do território, que estampa a frase “Frente a las mentiras del Gobierno, la Verdad del Pueblo”<sup>3</sup>.

Segundo Segrera, ao ser questionado sobre as práticas extrativistas e o desrespeito à ideologia da Pachamama de preservação e não exportação dos recursos naturais, Evo Morales questiona: “¿Y de qué va a vivir Bolivia si no explota sus recursos naturales? ¿Como superaremos un retraso que viene de siglos si carecemos de los más elementales recursos para investir en desarrollo social?”<sup>4</sup>. Diante desse posicionamento, Morales passa a ser acusado por Felipe Quispe, líder indígena, de não ser de esquerda e sim um neoliberal, um “neoliberalismo com cara índia” (SEGRERA, 2016).

<sup>3</sup> Tradução: Diante das mentiras do governo, a verdade do povo.

<sup>4</sup> Tradução: “E de que vai viver a Bolívia se não exporta seus recursos naturais? Como superaremos um atraso que vem de séculos se não temos os mais elementares recursos para investir no desenvolvimento social?”

Em fevereiro de 2016, desagradando parte da sua base de apoiadores, Morales convocou um referendo a fim de modificar a legislação e poder reeleger-se mais uma vez como presidente da Bolívia. O resultado da consulta popular foi desfavorável, 51,3% da população votou “No” para possibilidade de reeleição, podendo o resultado ser interpretado como uma grande derrota para o governo, favorecendo a rearticulação de vários segmentos de oposição ao governo, das elites tradicionais a oposição de esquerda.

A vitória do “No” também é reflexo do desgaste do governo nos últimos anos. A adoção de medidas impopulares e os escândalos de corrupção vêm colocando em questionamento o futuro da Bolívia enquanto está sob a hegemonia de um partido. Segundo Stefanoni, o “proceso de cambio” se estagnou,

El gobierno de Morales fue sin duda, un gobierno excepcional en muchos aspectos hasta 2014. A partir de ese momento, la voluntad de permanencia —y la consolidación de Morales como líder irremplazable— fue erosionando la agenda transformadora, debilitando el apoyo urbano y obligando al Poder Ejecutivo a pasar por encima de cláusulas de la Constitución aprobada durante el «proceso de cambio». Parte de esa agenda de cambio es la que se busca retomar, ahora, de apuro, rumbo a las elecciones.<sup>5</sup> (STEFANONI, 2016)

O conflito do TIPNIS evidencia e dimensiona a quantidade de interesses em questão, apontando as limitações do projeto do MAS em conciliar esses interesses, representando assim um risco de dissolução da base social que o levou ao governo. As diversas contradições entre os projetos de nação, indicam as limitações no desenvolvimento do “bem viver”, segundo Bruce,

A “busca pelo Bem Viver”, na Bolívia, tem se traduzido em políticas assistencialistas de transferência de recursos e programas sociais para os mais pobres tendo como base uma economia ainda pautada na exportação de matérias-primas. O aumento do preço desses produtos no mercado internacional, somado a algumas renegociações contratuais com empresas transnacionais permitiram ao governo implementar uma série de medidas distributivas que lhe conferiu apoio popular, sem, contudo, romper com a histórica dependência que o país possui com esse modelo. (BRUCE, 2017, p. 27)

Morales, que obteve permissão para uma segunda reeleição justificada pela mudança no arranjo institucional, será candidato a uma terceira reeleição em 2019, apesar da derrotada no plebiscito em 2016. Diante da acusação de atropelo as regras constitucionais, a candidatura que contará com permissão do judiciário sofre um desgaste político imensurável, sendo a questão amplamente explorada por setores da oposição.

## UMA JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Em sua produção intelectual, que representa em alguma medida uma defesa ou justificativa do projeto do MAS — IPSP, García Linera se ampara diversos pensadores marxistas como Gramsci e Lenin, mas é partindo de Nicos Poulantzas que elabora uma série de contribuições sobre a construção de um “socialismo democrático”. O ideário parte de uma concepção do Estado capitalista moderno que atravessa a sociedade e todos os seus componentes, sendo o socialismo, portanto, a transformação estrutural das relações de força entre as classes, o que atravessa necessariamente o próprio Estado.

García Linera alerta, dentro desse contexto, que a construção do socialismo não se concretiza por decreto, golpes de Estado, vitórias eleitorais ou armadas. Consiste essa na transformação radical “da correlação de forças entre as classes anteriormente subalternas” (García Linera, fonte, p. 59), caracterizando o atual processo político-econômico na Bolívia a partir de sete características da via democrática ao socialismo apresentada por Poulantzas,

1. Es un largo proceso, en el que (...)
2. Las luchas populares despliegan su intensidad en las propias contradicciones del Estado, modificando las relaciones de fuerza en su seno mismo(...)
3. Las luchas transforman la materialidad del Estado
4. Las luchas reivindican y profundizan el pluralismo político ideológico(...)
5. Las luchas profundizan las libertades políticas, el sufragio universal de la democracia representativa
6. Se desarrolla nuevas formas de democracia directa y de focos autogestionarios
7. Todo eso acontece en la perspectiva de la extinción de Estado<sup>6</sup> (García Linera, 2015, p. 58)

<sup>5</sup> Tradução: O governo de Morales foi sem dúvida, um governo excepcional em muitos aspectos até 2014. A partir deste momento, a vontade de permanência — e a consolidação de Morales como líder insubstituível — foi deteriorando a agenda transformadora, debilitando o apoio urbano e obrigando o Poder Executivo a passar por cima de cláusulas da Constituição aprovada durante o “processo de mudança”. Parte dessa agenda de mudança é a que busca retomar agora, de alguma forma, rumo às eleições.

<sup>6</sup> Tradução: 1) É um longo processo, no qual (...); 2) As lutas populares mostram sua intensidade nas próprias contradições do Estado, modificando as relações de força em seu próprio seio (...); 3) As lutas transformam a materialidade do Estado; 4) As lutas reivindicam e aprofundam o pluralismo político ideológico (...); 5) As lutas aprofundam liberdades políticas, o sufrágio universal da democracia representativa; 6) Se desenvolvem novas formas de democracia direta e de focos autogestionários; 7) Tudo isso acontece na perspectiva da extinção do Estado.

O trecho em questão se encontra numa coletânea de artigos publicada pela vice presidência da Bolívia, “Socialismo comunitário: um horizonte de época”, onde García Linera oferece respostas sobre as transformações ocorridas em seu país e discute questões como o fim de ciclo dos regimes progressistas na América Latina.

A coletânea, como indica o título, representa também uma mudança na retórica de García Linera, apresentando o ideal de “socialismo comunitário” e abandonando o que outrora chamou de “capitalismo andino”, se referindo ao modelo pautado na construção de um Estado forte, “que regule a expansão da economia industrial, extraia seus excedentes e os transfira ao âmbito comunitário para potenciar formas de auto-organização e de desenvolvimento mercantil propriamente andino e amazônico” (García Linera, 2006c). Sobre as especificidades do sistema político-econômico do governo Evo e utilizando palavras do próprio García Linera, Ayerbe complementa,

Não segue a tradição das revoluções sociais que operaram rupturas estruturais no modo de produção e na organização estatal, mas aponta “que abre espaços de representação, modifica as estruturas de poder, modifica a composição das elites de poder e os direitos, e com isso, as instituições do Estado” (2006b, p. 31). (AYERBE, 2011, p.202)

Questões envolvendo o projeto econômico do MAS – IPSP são centrais nos debates sobre o futuro da “revolução”. Formas de estatização, nacionalização e reforma agrária, são frequentes objetos de crítica da esquerda, que questionam de forma geral uma ruptura com a acumulação privada. García Linera, em “O que é uma revolução?”, utiliza diversas proposições de Lenin para defender uma mudança gradual nas forças produtivas, evitando assim um comprometimento do processo político em virtude da fragilidade econômica.

Para García Linera, “O Estado é por definição monopólio; o comunismo é por definição criação comum de riqueza comum; a antítese do Estado”, defendendo a partir dessa lógica que “o trabalho associado, cooperativo, comum” é fruto de “criação gradual, complexa e com contínuas ascensões e declínios”. A tese justifica o fomento a participação dos trabalhadores nas “grandes decisões do Estado e, acima de tudo, dos centros fundamentais de produção”, o que demanda tempo enquanto construção democrática (GARCÍA LINERA, 2018, P. 116).

Tempo para superar o individualismo burguês, mas principalmente o corporativismo trabalhista que reintrodução individualismo de classe e a privatização nas decisões estatais e trabalhistas. Tempo para transformar os esquemas lógicos e morais das classes trabalhadoras - herdados da velha sociedade burguesa - e construir coletivamente, com numerosas revoluções culturais intermediárias, novos sentidos comuns e esquemas mentais que reestremem os sistemas de valores da vida cotidiana de toda a sociedade (GARCÍA LINERA, 2018, P. 116).

As contribuições teóricas de García Linera nos oferecem um panorama do debate marxista acerca do governo Morales, ao fazer a defesa do projeto, o sociólogo é acusado de “reformismo” e de não romper com estruturas de poder que perpetuam a lógica neoliberalismo, nos limitaremos por enquanto a apresentar algumas ideias que ilustram sua rica produção intelectual.

## CONCLUSÕES

Concluimos que a “Revolução Democrática e Cultural” conduzida pelo MAS-IPSP é resultante de um acúmulo histórico de experiências políticas das lutas indígenas naquele território, tendo o Estado Plurinacional como principal fruto. O caráter étnico se apresenta como importante ponto de convergência na base social do projeto popular protagonizado por Evo Morales, ainda confirmando nossa hipótese, o mesmo representa um dos principais elementos de limitação do projeto.

Questões como o TIPNIS podem deteriorar a base de apoio ao governo, relativamente desgastado, e sob acusação de descumprimento da Constituição por concorrer novamente a presidência. Cabendo ao governo a tarefa de conciliar o modelo desenvolvimentista adotado com questões étnicas e ambientais e consequentemente ambientais.

A estratégia gramsciana responde, em alguma medida, ao apresentado por García Linera como “tensões criativas”, mas questões como “bem viver” podem comprometer a continuação do projeto do MAS – IPSP para a Bolívia, nos termos do vice presidente, as tensões no interior do bloco podem se tornar “irreconciliáveis”.

A queda do desempenho na eleição de 2014 em departamentos onde historicamente obteve vantagem pode representar um sinal de alerta ao governo, que apesar das votações expressivas no país como um todo, conta crescente oposição, tanto entre as antigas elites, como entre setores que já fizeram parte da base de apoio ao governo.

Em relação ao fim de ciclo dos governos progressistas na América Latina, onde testemunhamos o retorno ao poder de representantes do projeto neoliberal, cabe a reflexão sobre as estratégias de desenvolvimento. A dependência das commodities, por exemplo, é um dos elementos explicativos do problema fiscal, e conseqüentemente da crise econômica que atingiu os demais Estados que outrora tiveram governos progressistas, sendo o financiamento de políticas sociais bem avaliadas comprometido por questões financeiras.

## REFERÊNCIAS

Ayerbe, Luis Fernando, **Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales**. Lua Nova 2011. Disponível em: <<http://148.215.2.11/articulo.oa?id=67319947007>> ISSN 0102- 6445 Acesso em: 15 jun. 2019.

BOLÍVIA. Constituição (2009). **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia**.

BRUCE, Mariana. **Em busca do Bem Viver: Desafios e Possibilidades a partir da Bolívia**. XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 2017.

CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. **Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales**. Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 2006

FUSER, Igor. **Bolívia**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016

GARCÍA LINERA, A. **Tensões criativas da revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2019

GARCÍA LINERA, A. **SOCIALISMO COMUNITARIO. Un horizonte de época**. Vicepresidencia del Estado, Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional. Segunda edição. 2015.

GARCÍA LINERA, A. 2006c. “El capitalismo andino-amazónico”. APUD. Ayerbe, L. F. **Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales**. Lua Nova 2011.

PANNAIN, Rafaela N. . . A RECONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA BOLIVIANA: RECONSTITUIÇÃO DE UM CICLO DE CRISES. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, [s.l.], n. 105, p.287-313, set. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-287313/105>.

SEGRERA, Francisco López. **América Latina: crisis del posneoliberalismo y ascenso de la nueva derecha**. Buenos Aires: Clacso, 2016

STEFANONI, Pablo. **El #13YearsChallenge de Evo Morales**. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/Bolivia-evo-morales/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.